

### **Efigénio da Luz Rebelo**

Professor Associado, Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

### **Carlos J. F. Cândido**

Professor Auxiliar, Representante dos Docentes Doutorados no Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

## **A Cooperação Universidade/Empresa – Investigação, Inserção Profissional e Espírito Empresarial**

As universidades encontram na sua relação com o meio envolvente o seu maior desafio estratégico, não sendo desprezível, nem independente deste, os esforços dirigidos à investigação, pura ou aplicada, às saídas profissionais e ao desenvolvimento do espírito empresarial entre os estudantes, em todos os estudantes e não só naqueles que frequentam cursos de MBA.

### **1. A cooperação universidade/empresa e a investigação**

Se a investigação científica é um factor crítico de sucesso das economias nacionais e das empresas, ela é também uma exigência para a progressão na carreira docente universitária. Em sucessivas provas públicas é exigida aos docentes a defesa de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, bem como a publicação de artigos científicos e a coordenação de projectos de investigação conduzidos por equipas.

A investigação centrada na realização de dissertações e teses, particularmente nas áreas da economia e da gestão, incide, muito frequentemente, sobre a realidade concreta da economia em geral e das empresas em particular, ainda que nem sempre encontre nestas uma aplicação fácil ou interessante!

Quanto aos artigos científicos, são muitas vezes o resultado de uma investigação designada de fundamental, em contraposição com a investigação subjacente aos projectos em equipa, esses de natureza mais aplicada, em resposta, designadamente, às solicitações das próprias empresas.

Os resultados deste segundo tipo de investigação, sendo úteis aos destinatários, não devem ser confundidos com serviços de consultoria, sob pena das universidades serem justamente acusadas de uma concorrência desleal com as empresas que fornecem esse tipo de serviços. O que distingue esses projectos dos serviços de consultoria é justamente a componente científica neles incorporada, quantas vezes resultante do outro tipo de investigação, acima designada de fundamental e, regra geral, financiada pela Fundação da Ciência e Tecnologia ou outra instituição afim.

Mas os projectos de investigação aplicada, sendo úteis para as empresas, são também da maior importância para as universidades. Cada vez mais infortavelmente dependentes do financiamento público, as universidades veem nestes projectos uma fonte de receitas próprias para financiarem o seu funcionamento. Por outro lado, um ensino universitário de qualidade deverá apoiar-se nos resultados deste tipo de investigação, motivando os alunos para a aprendizagem das teorias, métodos e técnicas que lhes estão subjacentes e proporcionando-lhes, também, um crescente envolvimento nesse tipo de investigação.

Infelizmente, esta vertente da cooperação universidade/empresa não é tão intensamente aproveitada no nosso país, como deveria, por duas ordens de razões: antes de mais, porque na estrutura empresarial dominam, ainda, as pequenas e médias empresas com uma baixa intensidade tecnológica, de mão de obra intensiva e pouco qualificada, que baseiam a sua competitividade em reduzidos custos salariais; em segundo lugar, porque as universidades têm ponderado, preferencialmente, na promoção da carreira docente, as publicações científicas dos

docentes em revistas internacionais e não tanto a sua participação nestes projectos de natureza mais aplicada.

Curiosamente, o novo enquadramento macro-económico, de acrescidas dificuldades quer para as empresas quer para as universidades nacionais, e a nova divisão internacional do trabalho no seio da União Europeia, em resultado do alargamento a Leste, levará, seguramente, à intensificação inevitável deste tipo de colaboração. Assim saibam as universidades tornar o produto da sua investigação mais atraente para as empresas; assim queiram as empresas investir em I&D, aceitando o desafio da sua modernização em parceria com as universidades.

## **2. A cooperação universidade/empresa e a inserção profissional dos licenciados**

É sabido que as universidades se preocupam, cada vez mais, com a inserção profissional dos estudantes de licenciatura. Esta preocupação reflecte-se na proliferação de gabinetes de inserção profissional. Como que a comprovar esta proliferação, realizou-se, em 2002, o Primeiro Encontro Nacional de Gabinetes de Apoio à Inserção Profissional dos Diplomados do Ensino Superior. Neste encontro estiveram representados diversos gabinetes e outras entidades, algumas com personalidade jurídica própria, mas todas com fortes ligações às universidades e às entidades empregadoras. A maior parte destes gabinetes, verdadeiros *interfaces*, ou pelos menos interlocutores na cooperação universidade/empresa, são estruturas internas das universidades. Existem, também, alguns casos de intermediação com o Estatuto de Associação de Licenciados e outros, ainda, que se inserem no interior das próprias empresas, como por exemplo o gabinete da SONAE que coordena o programa Contacto.

Para além da organização de estágios, estas entidades, quando sediadas na universidade, realizam muitas outras tarefas de apoio à inserção profissional dos licenciados. Incluem-se, nestas actividades, a oferta de cursos breves de organização de *currícula vitae*, de prática de psicotécnicos e/ou de preparação do comportamento dos licenciados perante os entrevistadores/potenciais recrutadores, a divulgação de novas oportunidades de emprego e, não menos importante, a elaboração de estudos sobre saídas profissionais. Nestes estudos apuram-se indicadores como o tempo de espera para admissão a estágio e /ou ao primeiro emprego, a taxa de empregabilidade, a resposta do primeiro emprego às expectativas dos licenciados, a adequação dos conhecimentos adquiridos durante o curso às exigências do mercado de trabalho, as expectativas de progressão na carreira, a influência da classificação final do curso no tempo de espera para o primeiro emprego e no tipo de emprego, etc, etc.

Naturalmente, estes estudos pretendem ser veículos de informação relevantes para a melhor adequação dos cursos às necessidades dos empregadores. Da mesma forma, estudos do mesmo tipo, mas tendo como alvo as opiniões veiculadas pelas próprias empresas, podem enriquecer substancialmente o diálogo sobre a criação e a reestruturação de cursos.

Também a presença de representantes das empresas nos conselhos consultivos das faculdades e/ou das universidades e a participação de profissionais não académicos no corpo docente deveriam ser veículos de aproximação das universidades às empresas.

Os resultados práticos de todo este esforço continuam, contudo, a ser questionados pelos empregadores. Naturalmente que ninguém melhor do que as próprias empresas para ministrar eficiente e eficazmente os conhecimentos mais adequados às suas necessidades de curto prazo. Infelizmente, nem sempre os empresários valorizam de forma correcta uma boa formação de base, condição indispensável ao desenvolvimento de capacidades de análise e de síntese, à disciplina e ao rigor do pensamento e ao domínio dos métodos que algumas disciplinas propedêuticas proporcionam. Como se estas capacidades não fossem, em primeira instância, a garantia de que os jovens licenciados estarão bem mais preparados para receber o tipo de formação complementar que só às empresas compete dar !

### **3. A cooperação Universidade/Empresa e o Desenvolvimento do Espírito Empresarial**

Mesmo que os resultados práticos desse esforço fossem outros, importa que as universidades questionem se não deveriam começar a redimensionar um pouco esta ênfase de inserção profissional dos seus licenciados nas empresas actuais. Insistindo no mesmo tipo de formação de banda larga, possivelmente ainda mais centrado no desenvolvimento das capacidades acima referidas e tendo Bolonha como pano de fundo, as universidades não deveriam todavia continuar a descurar o desenvolvimento de um espírito verdadeiramente empresarial entre os estudantes, em todos os estudantes e não só naqueles que frequentam cursos de MBA.

Enquanto o desenvolvimento de uma empresa exige competências de gestão, tais como eficiência, eficácia e fiabilidade, a criação de uma empresa exige competências pessoais tais como criatividade e espírito de inovação, persistência, gosto pelo risco e pelo compromisso (*cf.* Livro Verde - Espírito Empresarial na Europa (2003), pg.15). Quer umas quer outras, estas competências devem ser desenvolvidas nos estudantes de licenciatura. Trata-se de associar às capacidades de análise e de síntese, acima referidas, a atitude mental correcta e a consciência das oportunidades de carreira de empresário, de preferência na área de formação do curso.

O 'Livro Verde', acima citado, menciona experiências interessantes desenvolvidas em países europeus, entre as quais as seguintes:

« A Universidade de Strathclyde, no Reino Unido, oferece um programa de promoção da atitude positiva relativamente ao espírito empresarial entre os professores. O conteúdo do curso é flexível e centra-se em exercícios práticos. Trata-se de estabelecer um plano de empresa e de tomar decisões de gestão, sob a supervisão de um orientador. Os professores familiarizam-se com as competências e as atitudes do empresário e aprendem também de que modo podem aplicá-las na formação para o espírito empresarial nas respectivas escolas» ( pg. 25);

«A empresa virtual é uma técnica de formação utilizada na Escola Técnica Sivitaniódis, em Atenas, na Grécia. Os estudantes dividem o tempo entre aulas teóricas e a gestão de uma empresa virtual(...). Foi também acrescentada ao plano de estudos a disciplina de espírito empresarial, que engloba a teoria do espírito empresarial e noções práticas para a preparação de planos de empresas. Os gabinetes de ligação asseguram que os estudantes recebam aconselhamento e apoio para as opções de carreira empresarial» (pg.15);

«A "Entreprise Ireland" aplica uma estratégia de desenvolvimento de empresas de grande crescimento em fase de arranque, mediante um programa específico de apoio destinado a aumentar o número e o peso dos projectos universitários. O programa inscreve-se na estratégia irlandesa de crescimento regional e inclui um programa de incubação de um ano para os licenciados que desejem criar uma empresa, que podem beneficiar de ajuda prática e de apoio de gestão. A título do "Campus Company Programme", os universitários podem obter apoio financeiro para comercializar os resultados das suas investigações.»(pg.16).

Claro está que uma estratégia eficaz de promoção do espírito empresarial passa, também, pela própria promoção do papel do empresário, isto é, o sucesso empresarial deve ser valorizado e o estigma do insucesso deve ser reduzido. Por exemplo, enquanto nos Estados Unidos, só 25% dos americanos são de opinião que não se deve criar uma empresa quando existir um risco de que ela possa falhar, o Eurobarómetro revelou que na Europa esta percentagem sobe para 46% (*idem, cf.* Pg.10). Por outro lado, é essencial que existam condições de apoio ao funcionamento das empresas e que não se criem obstáculos evitáveis conducentes à contracção e ao encerramento. (...) «É crucial a existência de um quadro de apoio à criação, ao encerramento, à compra, ao desenvolvimento e à sobrevivência das empresas» (*ibidem, Pg.12,*). Por exemplo, na Bélgica, foi adoptada legislação de insolvência com o objectivo de permitir que os empresários tentem salvar as empresas com problemas temporários e liquidem as empresas não viáveis o mais brevemente possível. De acordo com essa legislação, os empresários honestos podem ser considerados "excluídos" pelos tribunais, o que lhes permite recomeçar uma nova actividade (*ibidem, cf.* Pg.14).

A experiência portuguesa de criação, em 1997, de uma Rede Nacional dos Centros de Formalidades das Empresas é também elogiosamente referida no 'Livro Verde'. Em consequência da criação deste Centro, «o tempo necessário para o arranque de uma empresa baixou em 80% relativamente a meados de 1990 e Portugal comprometeu-se a reduzi-lo em mais 50% em 2003» (pg. 13).

Também o acesso ao financiamento e o enquadramento fiscal das empresas é analisado neste relatório. Enquanto a complexidade dos sistemas fiscais constitui, em si mesmo, um encargo administrativo para os empresários, o desenvolvimento do capital de risco e o recurso aos 'business angels' são apontados como uma boa alternativa ao crédito bancário, especialmente para as pequenas empresas, dados os elevados custos gerais dos pequenos créditos.

Em síntese, a sociedade em geral e os jovens e os seus formadores, em particular, devem estar abertos ao desenvolvimento do espírito empresarial. As universidades devem apoiar a criação de 'Ninhos de Empresas' e de 'Concursos de Novas Ideias'. Tão importante quanto os estágios tradicionais, são os testemunhos dos empresários nas escolas e os estágios com empresários experimentados. Os gabinetes de inserção profissional, já existentes ou a criar, devem repensar as suas actividades à luz destas recomendações para o novo espaço europeu.